



Caderno de Provas

CAM 138 – NM

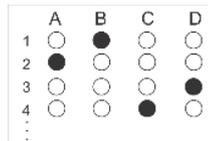
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SOCIOASSISTENCIAL

**Editais Nº. 001/2024 –
Prefeituras dos Municípios da AMCEVALE/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Informática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Informática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Novos perigos da inteligência artificial

Após pouco mais de um ano de seu lançamento, não dá para negar que a inteligência artificial generativa – que tem como seu principal representante o ChatGPT – já revolucionou diversas áreas de trabalho. Mas essa força transformadora está mostrando, aos poucos, que também tem seu lado sombrio, levantando preocupações de todo tipo, inclusive éticas, pelo mundo.

A recém-encerrada greve dos roteiristas e atores de Hollywood já foi uma consequência do mundo pós-inteligência artificial. Entre outras reivindicações, os trabalhadores dos grandes estúdios cobravam regras mais claras para evitar que roteiros sejam totalmente escritos pela inteligência artificial, bem como restrições no uso indiscriminado da imagem dos atores coadjuvantes. Além de ter o poder de aniquilar o trabalho criativo, os sindicatos de Hollywood alertam que a automação desenfreada pode levar a uma produção de conteúdo carente da autenticidade que conecta histórias aos corações do público.

Outros casos recentes, dessa vez no Brasil, mostraram o aprofundamento dos perigos da inteligência artificial, tanto para pessoas públicas quanto para anônimos, e tendo principalmente mulheres como alvo. Primeiro foi a atriz mineira Isis Valverde, que teve diversas fotos adulteradas para simular o vazamento de imagens conhecidas como "nudes", como se ela estivesse sem roupa. As fotos falsas circularam pelas redes sociais como se fossem autênticas, o que levou a atriz a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes de Informática da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A inteligência artificial também foi a ferramenta usada por alunos de escolas particulares de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro para criar versões falsas de imagens de colegas de sala nuas, em casos ainda mais preocupantes, já que envolvem adolescentes, ou seja, menores de idade.

A greve dos roteiristas e os sombrios casos de pornografia falsa gerada por IA revelam uma desconsideração alarmante pelo trabalho, pela privacidade e pela dignidade das pessoas. Por isso, é imperativo que a sociedade desenvolva estruturas robustas para prevenir esse tipo de abuso, e isso deve ser feito tanto pelos governos, quanto pelas empresas. Do lado das companhias que oferecem esse tipo de serviço, é fundamental que exista uma transparência maior nos algoritmos que regem a produção de textos e imagens pela inteligência artificial. Também é necessário que existam meios de identificação simultânea de conteúdos, como marcas d'água, de modo a comprovar que determinada foto ou sequência de palavras foi gerada por uma IA.

Falta ainda ao Brasil uma legislação clara para o uso da inteligência artificial, que leve em conta a atual mudança tecnológica. Apesar de a criação de montagens pornográficas – principalmente envolvendo menores de idade – ser crime, a autoria do produto final está em uma zona cinzenta das leis brasileiras. Para tentar coibir tais abusos, é preciso que existam regulamentações mais rigorosas e mecanismos claros de responsabilização pelo uso da IA para a produção de conteúdo criminoso.

A solução não reside em condenar a inteligência artificial – que é meramente uma ferramenta –, mas em estabelecer limites éticos e legais para sua aplicação. É preciso compreender que o perigo não está na IA em si, mas na ausência de diretrizes éticas. Como toda nova tecnologia, ela demanda técnicas, direitos e deveres totalmente novos, para que seja bem aplicada. Os alertas recentes já são mais do que suficientes para que esse debate se inicie, tanto nas empresas quanto no Congresso.

Disponível em: <https://www.em.com.br/2023/11/6654195-novos-perigos-da-inteligencia-artificial.html>. [Adaptado]

01. Considerando o texto em sua totalidade, o objetivo principal do texto é

- A) avaliar os efeitos negativos do uso indiscriminado e irresponsável da inteligência artificial.
- B) alertar sobre a necessidade de a sociedade criar mecanismos de defesa para o uso indiscriminado da inteligência artificial.
- C) apresentar soluções para extinguir os problemas advindos do uso da inteligência artificial.
- D) criticar a ausência de uma legislação brasileira que proteja os cidadãos do uso pornográfico da inteligência artificial.

02. De acordo com o texto, os perigos da inteligência artificial

- A) devem atingir também o mercado de trabalho.
- B) têm como alvo preferencial mulheres anônimas.
- C) surgiram apenas depois da criação do ChatGPT.
- D) atingem, exclusivamente, usuários das redes sociais.

03. Em relação ao uso da inteligência artificial, o autor do texto tem uma visão

- A) depreciativa, visto que aponta o lado sinistro dessa tecnologia.
- B) positiva, visto que admite a reversão do cenário estabelecido.
- C) indiferente, visto que se mostra apático em relação a essa questão.
- D) apocalíptica, visto que vislumbra um desfecho trágico para a humanidade.

04. Considerando a organização das ideias, no terceiro parágrafo, a ideia central

- A) está localizada, exclusivamente, no último período.
- B) está localizada, exclusivamente, no primeiro período.
- C) encontra-se diluída entre o terceiro e o quarto períodos.
- D) encontra-se diluída entre o primeiro e o segundo períodos.

05. Considere o trecho a seguir.

Do lado das companhias **que [1]** oferecem esse tipo de serviço, é fundamental **que [2]** exista uma transparência maior nos algoritmos **que [3]** regem a produção de textos e imagens pela inteligência artificial.

As palavras **[1]**, **[2]** e **[3]**, em destaque, devem ser classificadas, respectivamente, como

- A) conjunção integrante, pronome relativo, conjunção integrante.
- B) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção integrante.
- C) pronome relativo, conjunção integrante e pronome relativo.
- D) conjunção integrante, pronome relativo e pronome relativo.

06. Se o sujeito for flexionado plural no trecho “[...] é fundamental **que exista uma transparência maior nos algoritmos [...]**”, a sua nova versão, de acordo com o português escrito padrão, será:

- A) “[...] é fundamental que exista transparências maior nos algoritmos [...]”.
- B) “[...] são fundamentais que exista transparências maiores nos algoritmos [...]”.
- C) “[...] são fundamentais que existam transparências maior nos algoritmos [...]”.
- D) “[...] é fundamental que existam transparências maiores nos algoritmos [...]”.

07. Considere o trecho a seguir.

Primeiro foi a atriz mineira Isis Valverde, que teve diversas fotos adulteradas para simular o vazamento de imagens conhecidas como "nudes", como se ela estivesse sem roupa. As fotos falsas circularam pelas redes sociais como se fossem autênticas, o que levou a atriz a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes de Informática da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Nesse trecho, a presença de verbos

- A) dispostos numa relação de anterioridade e posterioridade caracteriza a sequência narrativa.
- B) flexionados no pretérito perfeito do indicativo é um traço caracterizador da sequência descritiva.
- C) flexionados no pretérito imperfeito do indicativo é um traço caracterizador da sequência narrativa.
- D) encadeadores de ações simultâneas caracteriza, predominantemente, a sequência descritiva.

08. No quinto parágrafo, a conjunção “apesar de” é utilizada para

- A) estabelecer relação explicativa entre orações.
- B) estabelecer relação concessiva entre orações.
- C) introduzir oposição de ideias em relação ao período anterior.
- D) introduzir explicação em relação à ideia do período anterior.

09. Analise o período a seguir.

A inteligência artificial também foi a ferramenta usada por alunos de escolas particulares de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro **para [1]** criar versões falsas de imagens de colegas de sala nuas, em casos ainda mais preocupantes, **já que [2]** envolvem adolescentes, ou seja, menores de idade.

As conjunções [1] e [2] em destaque introduzem orações que exprimem

- A) explicações.
- B) finalidades.
- C) finalidade e explicação, respectivamente.
- D) explicação e consequência, respectivamente.

10. Analise o período a seguir.

A solução não reside em condenar a inteligência artificial – que é meramente uma ferramenta –, mas em estabelecer limites éticos e legais para sua aplicação.

Em relação à pontuação desse período,

- A) a vírgula separa orações coordenadas.
- B) a vírgula marca uma pausa respiratória.
- C) os dois travessões indicam a presença de oração adjetiva restritiva.
- D) os dois travessões podem ser retirados sem causar alteração de sentido.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA

11. No programa Microsoft Word 365 PT-BR, o atalho do teclado utilizado para Salvar o documento e, em seguida, imprimi-lo é:
- A) CTRL+B e CTRL+P
 - B) CTRL+I e CTRL+N
 - C) CTRL+A e CTRL+R
 - D) CTRL+Z e CTRL+S

12. Analise a figura abaixo:

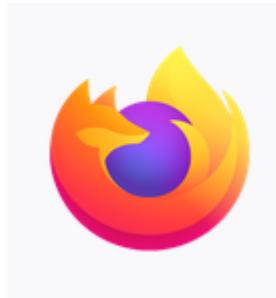


Figura 01

A logomarca da figura 01 refere-se ao navegador

- A) Google Chrome.
 - B) Microsoft Edge.
 - C) Mozilla Firefox.
 - D) Internet Explorer.
13. Ao utilizar o atalho “CTRL+T”, no navegador do Google Chrome, o usuário vai abrir
- A) o Histórico.
 - B) uma Nova Guia.
 - C) uma Nova Janela.
 - D) uma Nova Janela Anônima.
14. No programa Microsoft Excel 365 PT-BR, para iniciar uma fórmula, numa célula ou na barra de fórmulas, é preciso iniciar com o caractere
- A) Igual (=)
 - B) Jogo da velha (#)
 - C) Barra (/)
 - D) Asterisco (*)
15. Para Centralizar o conteúdo no documento do programa Microsoft Word 365 PT-BR, o usuário seleciona o texto e utiliza, no teclado, o atalho
- A) CTRL+Q
 - B) CTRL+G
 - C) CTRL+J
 - D) CTRL+E

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993) institui como um dos objetivos da assistência social a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente, entre outros aspectos, pela
- A) concessão de benefício de um salário-mínimo mensal a mulheres em situação de gestação de alto risco.
 - B) concessão do auxílio desemprego, que corresponde a um salário-mínimo mensal, ao trabalhador que for demitido, por um período de, no mínimo, três meses e, no máximo, seis meses.
 - C) garantia de auxílio reclusão de um salário-mínimo mensal às famílias de pessoas privadas de liberdade que tenham filhos menores de 18 anos.
 - D) garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
17. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais organiza-se por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e compreende a
- A) Proteção social básica e a Proteção social especial de média e alta complexidade.
 - B) Proteção social primária e a Proteção social especial de média e alta complexidade.
 - C) Proteção social básica e a Proteção social extraordinária: intermediária, mediana e complexa.
 - D) Proteção social cotidiana e Proteção social emergencial, de modo permanente ou temporário.
18. Objetivando facilitar o acesso às políticas do SUAS, prevê-se que o atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, entre outros) pode ser realizado por meio de
- A) visitas de equipe multiprofissional aos domicílios dos beneficiários, a cada semestre.
 - B) organização de caravanas mensais para conduzir os usuários até aos equipamentos do SUAS.
 - C) estabelecimento de equipes volantes ou mediante implantação de unidades de CRAS itinerantes.
 - D) teleatendimento, utilizando-se as tecnologias digitais sociais para promover a assistência social.
19. Uma das instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, é
- A) o Conselho Federal de Serviço Social.
 - B) os Conselhos Municipais de Assistência Social.
 - C) as Conferências Nacionais de Assistência Social.
 - D) o Conselho Superior do Ministério do Desenvolvimento Social.
20. Entre as atribuições dos municípios quanto ao SUAS, previstas na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993), estão
- A) cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional.
 - B) responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal.
 - C) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
 - D) executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil, e realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

- 21.** Quanto ao repasse de recursos pelo Governo Federal aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal, de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993), é condição a efetiva instituição e funcionamento de
- A) Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e Plano de Assistência Social.
 - B) Comissão de Assistência Social no Poder Legislativo estadual, distrital e municipal; Legislação estadual, distrital e municipal que regula a utilização dos recursos; Plano Diretor estadual, distrital e municipal.
 - C) Comitê Intersetorial de Políticas de Assistência Social; Fundo de Assistência Social, gerido pelo Poder Executivo; e Plano de Metas atualizado.
 - D) Fundação de Apoio Social, com participação de representantes da sociedade civil no conselho superior; Conta em banco público exclusiva para as políticas assistências; e Plano de Assistência Social validado em Conferência.
- 22.** Entre outros serviços, a Proteção Social Especial de Média Complexidade e a Proteção Social de Alta Complexidade incluem, respectivamente,
- A) o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA).
 - B) o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências e o Serviço de Acolhimento em República.
 - C) o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades Abrigo Institucional, Casa-lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva.
 - D) o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- 23.** A unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias, denomina-se
- A) CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.
 - B) CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.
 - C) PAIF – Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família.
 - D) CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social.
- 24.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990) estabelece que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das
- A) crianças autistas, em qualquer idade, buscando oferecer o atendimento terapêutico especializado, a inclusão escolar e o apoio social à família.
 - B) crianças, em qualquer etapa do desenvolvimento, quando houver indícios de exploração do trabalho infantil, direcionando para equipamentos educativos, onde se promova a cultura, as artes, os esportes e outras atividades formativas.
 - C) crianças recém-nascidas em situação de adoção, com o objetivo de tornar o processo mais célere possível e contribuir para o desenvolvimento socioafetivo na primeira infância.
 - D) crianças na faixa etária da primeira infância, com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.

25. De acordo com o Art. 18 do Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção de algumas medidas, tal como
- A) a inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito.
 - B) a elaboração de plano quadrienal transversal de diversidade pelo órgão gestor das políticas de juventude do município, priorizando atividades de valorização de jovens negros, indígenas, deficientes, LGBTQs e outros grupos considerados minoritários.
 - C) a criação de lei pelo poder legislativo municipal para instituir, no âmbito de todos os órgãos e equipamentos municipais, iniciativas que valorizem a diversidade e garantam os direitos dos jovens socialmente diversos, como negros, indígenas, quilombolas, LGBTQs e deficientes e outros.
 - D) a realização, por parte do poder executivo, de campanhas de sensibilização da população local e do empresariado a respeito do reconhecimento e da valorização da diversidade juvenil, prioritariamente por meio das mídias sociais, para alcançar o maior número de pessoas possível.
26. No que diz respeito à assistência social aos idosos, o Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), em seu Art. 33, institui que ela será prestada conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes. Isso implica dizer que as ações devem acontecer de forma
- A) paralela.
 - B) articulada.
 - C) sistemática.
 - D) compartimentada.
27. Os órgãos governamentais que lidam diretamente com o atendimento ao público têm como um de seus desafios a qualidade do atendimento. Sendo assim, avalie a afirmativa a seguir.

Visando a garantir um bom atendimento aos usuários da Assistência Social, afirma-se que **atender, no prazo, é muito importante** e que **o atendimento, para ser bom, deve ser completo. Não pode ficar faltando informação ou alguma etapa do serviço.**

As características do bom atendimento destacadas na afirmativa anterior referem-se a

- A) regularidade e efetividade.
 - B) intempestividade e eficácia.
 - C) tempestividade e suficiência.
 - D) temporalidade e completude.
28. Dona Elza está em busca de auxílio para sua filha mais nova que sofre violência doméstica por parte do marido. Ao telefonar para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a senhora foi atendida por Allan, técnico socioassistencial que a orientou a comparecer, juntamente com sua filha, ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) para receber atendimento. O encaminhamento dado pelo técnico está
- A) adequado, pois a Proteção Social Especial (PSE) é responsável por dar respostas a situações com alto grau de complexidade, atuando diretamente com fenômenos sociais, como é o caso da violência intrafamiliar.
 - B) inadequado, pois o caso deve ser encaminhado ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) que é o equipamento municipal responsável por cuidar de demandas referentes à violência contra a mulher.
 - C) em conformidade com a legislação vigente, pois, dentro de cada Centro de Referência Especializado em Assistência Social, existe um agente representante da Delegacia da Mulher para tratar dos casos de violência contra a mulher.
 - D) em desconformidade com as políticas do Sistema Único de Assistência Social, pois os casos de violência intrafamiliar devem ser encaminhados por meio de denúncia ao Ministério Público para investigação e tomada de providências.

- 29.** Lua, técnica socioassistencial da Prefeitura de Pendências – RN, recebeu, na Secretaria de Assistência Social do município, o refugiado García, venezuelano indígena da etnia warao. Na ocasião, o usuário solicitou apoio para chegar ao estado do Mato Grosso do Sul onde estão vivendo seus familiares e outros indígenas da mesma etnia que ele. Para responder a demanda apresentada pelo usuário, a técnica deverá
- A) direcionar o usuário ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) para se inscrever no Bolsa Família e conseguir recursos para viajar.
 - B) cadastrar o usuário no Programa de Mobilidade Social do Governo Federal para obter as passagens aéreas que proporcionarão o seu retorno à família.
 - C) acionar o órgão de assistência social do lugar onde se encontra a família do usuário, a fim de que sejam providenciadas as passagens, para viabilizar a reintegração de vínculos.
 - D) encaminhar o usuário para a equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
- 30.** A diretora da Escola Municipal Dona Clara Camarão procurou a Secretaria Municipal de Assistência Social para relatar que Francisco Robson, de 11 anos, aluno do sexto ano, está trabalhando vendendo doces na rua, o que tem acarretado ausências reiteradas às aulas. Um possível encaminhamento que deverá ser dado pelo técnico socioassistencial à diretora é:
- A) informá-la que é necessário realizar denúncia ao Ministério Público, para que o juiz determine que a equipe da Secretaria de Assistência do município cheque a situação, por meio de abordagem social in locus.
 - B) solicitar que seja acionado o Conselho Tutelar da região para que um conselheiro possa averiguar a situação e acionar a família do estudante.
 - C) direcioná-la à equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para que seja providenciada a inscrição do estudante nesse programa.
 - D) orientá-la a acionar o Juizado da Infância e Juventude da região para que o defensor público acione a família e tome as providências cabíveis.